

Continuação...									
b) ICMS: A controlada Usina São José S.A. possui incentivo fiscal do ICMS para os produtos açúcar e etanol nos seguintes casos: Açúcar: Tipo VHP. Açúcar destinado à exportação é sem incidência do ICMS, conforme Lei nº 15.730/2016, art. 8º, II - RICMS/PE. A controlada Usina São José S.A. goza de crédito fiscal presumido, conforme determina o Decreto nº44.650/17 nos seguintes casos: • 9% para açúcar do tipo VHP e Cristal Refinado (até 31/12/2022) - Decreto nº 44.650 de 20/07/2017, Anexo 6, Art. 17, § 2º, I) até 31/05/2022, nos casos das operações interestaduais (Decreto nº 44.650 de 20/07/2017, Anexo 6, Art. 17, § 2º, II) até 31/05/2022. Etanol: Para o etanol anidro carburante o ICMS é diferido, conforme Convênio de ICMS 80/97 (Art. 434, do Decreto Nº 44.650, DE 30 DE JUNHO DE 2017), até 31/12/2022. Já o etanol neutro, hidratado e anidro para outros fins, há a incidência de ICMS à alíquota de 23%, sobre a pauta ou o preço, dos dois o maior, conforme Protocolo de ICMS 17/04. (Lei 15.730/2016, Art. 15, IV, a). • Redução da BC, de forma que a carga tributária seja de 12%, nas operações internas de venda de álcool hidratado, destinado a estabelecimento industrial de bebidas, de cosméticos e da área de alcoquímica ou farmacocutânea) - (DECRETO Nº 44.650, DE 30 DE JUNHO DE 2017, Art. 469º, I). Adicionalmente, o etanol hidratado carburante possui um benefício fiscal de crédito presumido quando vendido para distribuidora dentro do estado de 13% (Operações internas e interestaduais) conforme Lei nº 17.921 de 25 de agosto de 2022 (até 31/12/2022), sendo a diferença, quando for o caso, recolhida como antecipação. Após 31/12/2022, o crédito presumido voltará a ser 12% até 31/12/2026 (Art. 428 do Decreto nº 44.650 de 20/07/2017). Por fim, a alíquota de ICMS normal para o etanol carburante é de 15,52% intraestadual e 12% interestadual (Lei nº 17.920 de 25/08/2022). c) Resumo de benefícios fiscais:									
		31/08/2022	31/08/2021						
Crédito Presumido de Icms		41.144	33.994						
Redução de IRPJ		2.792	5.355						
Total		43.936	39.349						
e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia registre as operações com base em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. As premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir: 4.1. Valor justo dos ativos biológicos: O valor justo do ativo biológico - lavouras de cana-de-açúcar da controlada Usina São José S.A. apresenta o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa por avaliadores qualificados. Os avaliadores fazem uso de mensurações para confirmar as premissas do modelo e das tendências de crescimento. Os fluxos de caixa são calculados antes do imposto de renda e expressos em termos reais. 4.2. Provisão para obsolescência: A provisão para obsolescência é constituída em função do histórico de peças de reposição (industrial/transporte) sem rotatividade há mais de 24 meses. 4.3. Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas: As provisões para riscos são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável. 4.4. Projeção de lucros tributáveis futuros: A projeção de lucros tributáveis futuros é realizada com base em fluxo de caixa projetado para seis anos e descontado a valor presente se espera a geração de resultados positivos suficientes para utilização dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, levando em consideração o limite de compensação de 30% da base de cálculo do IRPJ e CSLL. 4.5. Taxa incremental dos arrendamentos: Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantias oferecidas. 4.6. Instrumentos Financeiros (derivativos): A controlada Usina São José S.A. mantém instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições aos riscos. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer outros custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registrados geralmente no resultado.									
5. Caixa e equivalentes de caixa:		Controladora		Consolidado					
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Caixa e depósitos bancários à vista		82	1	15.463	6.335				
Depósitos de margem em corretoras (a)		-	-	9.048	-				
Aplicações financeiras (b)		-	-	66.532	-				
Fundos de investimentos (c)		-	-	48.670	6.489				
Total		82	-	139.713	10.124				
As aplicações são realizadas com instituições financeiras, que operam no mercado financeiro nacional e contratado em condições e taxas normais de mercado. (a) Depósitos de margem em corretoras para cobertura de operações com liquidez imediata. (b) Aplicação financeira em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos que variam de 100% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário CDI, sendo R\$ 41.000 com carência de 30 dias e R\$ 25.532 de liquidez imediata. (c) Aplicação em quotas de fundo de investimentos com rendimentos que variam de 92% a 104% do CDI com liquidez imediata. 6. Instrumentos financeiros:									
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Título patrimonial - CTR PE		9.000	9.000	9.000	9.000				
(i) dividendos recebidos		(1.170)	(360)	(1.170)	(360)				
Total		7.830	8.640	7.830	8.640				
A Companhia decidiu por classificar como ativo disponível para venda e realização em até 360 dias após a aquisição. 7. Contas a receber de clientes:									
		Consolidado		Consolidado					
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Mercado interno		63.143	71.034	63.143	71.034				
Sub-total		63.143	71.034	63.143	71.034				
(i) Duplicatas descontadas		-	(3.858)	-	(3.858)				
Total		63.143	67.176	63.143	67.176				
A Companhia e suas controladas, em 31 de agosto de 2022 e de 2021, não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. A carteira de recebíveis da controlada Usina São José S.A. é concentrada em clientes pontuais, os quais têm seus riscos de crédito/perda avaliados individualmente, com base modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas. Durante o exercício de 2022 e de 2021 não houve mudança na qualidade dos créditos da Companhia e para os valores vencidos, não houve provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois estes historicamente são considerados recuperáveis. A Controlada Usina São José S.A. possui concentração de faturamento nos clientes Raizen Trading S.A., Ambev S.A., Petrolbras S.A., Shell Brasil Ltda. e Sueden Middle East, os quais representam 24,05%, 21,50%, 7,95%, 6,86% e 5,03%, respectivamente, do saldo do contas a receber em 31 de agosto de 2022. Abaixo demonstramos no contas a receber por idade de vencimento:									
		Consolidado		Consolidado					
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Títulos a vencer		61.728	67.010	61.728	67.010				
Títulos vencidos até 30 dias		109	109	109	109				
Títulos vencidos há mais de 60 dias		611	57	611	57				
Total		63.143	67.176	63.143	67.176				
Em 31 de agosto de 2022, não há saldos relevantes vencidos, desta forma, a administração da Companhia e das suas controladas concluíram não haver necessidade de reconhecer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. 8. Estoques:									
		Consolidado		Consolidado					
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Imóveis (e)		9.843	9.726	9.843	9.726				
Produtos acabados (d)		34.141	6.980	34.141	6.980				
Produtos em elaboração (d)		5.090	-	5.090	-				
Almoxarifado (a)		20.997	9.591	20.997	9.591				
Adiantamentos a fornecedores (b)		19.915	20.740	19.915	20.740				
Provisão para perdas por obsolescência (c)		(886)	-	(886)	-				
Total		89.100	46.151	89.100	46.151				
(a) Está composto por peças de reposição industrial e agrícola, materiais de embalagem, insumos industriais e agrícolas, dentro outros. Insumos industriais e agrícolas									
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Material de embalagem		1.610	1.666	1.610	1.666				
Peças de reposição industrial e agrícola		7.418	3.266	7.418	3.266				
Outros materiais		1.147	1.405	1.147	1.405				
Total		20.997	9.591	20.997	9.591				
(b) Os saldos dos adiantamentos a fornecedores de cana são atualizados com base na variação da caderneta de poupança, acrescidos de juros de 2% ao mês para aqueles não liquidados no vencimento.									
		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Fornecedores de cana		15.054	14.613	15.054	14.613				
Fornecedores de materiais e serviços		3.831	6.127	3.831	6.127				
Total		19.915	20.740	19.915	20.740				
(c) A Companhia mantém provisão relacionada aos itens de almoxarifado sem rotatividade há mais de 24 meses. A movimentação da provisão para perdas por obsolescência encontra-se demonstrada a seguir:									
Saldo em 31 de agosto de 2021		(886)		(886)					
Movimentação do exercício									
Saldo em 31 de agosto de 2022		(886)		(886)					
A elevação expressiva em relação a 2021 está atrelada ao fato de a controlada Usina São José S.A. ter iniciado a moagem da safra 2022/2023 em 10 de agosto de 2022. Tal fato não impactou o período comparativo, tendo em vista que a moagem da safra 2011/2022 teve início em 01 de setembro de 2021. Refere-se a imóveis (terrenos) destinados a venda e pertencentes às nossas controladas imobiliárias.									
9. Instrumentos financeiros derivativos:		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Stonex Markets/Outros		-	31.881	-	31.881				
Depósito de margem (a)		4.017	(31.219)	4.017	(31.219)				
Posições em aberto (b)		-	662	-	662				
Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de <i>hedge</i> e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de <i>hedge</i> são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de <i>hedge</i> é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por <i>hedge</i> for superior a 12 meses. (a) Refere-se a recursos mantidos em contas correntes junto à corretora Stonex Markets/Outros para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa, nas quais os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro de açúcar na bolsa de mercadorias e futuros. (b) Saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.									
10. Impostos a recuperar:		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-Icms (a)		11.565	5.851	11.565	5.851				
Programa de Integração Social-Pis e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-Cofins (b)		5.288	3.912	5.288	3.912				
Imposto de Renda Retido na Fonte (c)		318	235	318	235				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-Antecipação (d)		419	3.387	419	3.387				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido-Saldo negativo (e)		162	1.323	162	1.323				
Programa de Integração Social-Pis e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-Cofins (Reintegra) (f)		319	253	319	253				
Imposto Sobre Produtos Industrializados-IPi (g)		1.661	1.358	1.661	1.358				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica-reinvestimento (h)		-	1.523	-	1.523				
		19.732	17.842	19.732	17.842				
a) Refere-se a crédito presumido de ICMS de exportação de açúcar. b) Refere-se a créditos de PIS e COFINS relativos à: (i) Lei nº 10.637/02, que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP; (ii) Lei nº 10.833/03, que trata da cobrança não cumulativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; ao PIS e ao PASEP; (iii) Lei 11.774/2008, que dispõe sobre a tomada de créditos de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado. c) Refere-se a IRRF sobre aplicações financeiras. d) Refere-se à antecipação do imposto devido a ser compensado com o passivo circulante. e) Refere-se a saldo negativo a ser compensado com tributos federais. f) Refere-se a Reintegra (Pis/Cofins) a ser compensado com tributos federais. g) Refere-se a créditos de IPI sobre aquisição de insumos. h) Refere-se a IRPJ-depósitos por reinvestimento. Créditos tributários classificados no ativo circulante serão compensados com tributos federais em até 365 dias.									
11. Tributos diferidos:		31/08/2022	31/08/2021	31/08/2022	31/08/2021				
Imposto de renda		Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido				
Prejuízo fiscal		51.547	12.887	51.547	12.887				
Diferenças temporárias		(7.170)	(1.791)	(10.516)	(2.629)				
		44.377	11.096	41.031	10.258				
Contribuição social		Base negativa	51.547	4.638	51.547	4.638			
Diferenças temporárias		(7.170)	(644)	(10.516)	(946)	3.692			

Continuação... R\$ 4 2.599 para R\$ 13.043. Em 31 de agosto de 2022, a controlada Usina São José S.A. aguarda decisão de Recurso Voluntário para a parcela restante dos Autos de Infração, no montante de R\$ 5.769, ainda em julgamento. Sendo assim, não foi constituída provisão contábil face ao prognóstico de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos. • **Demais processos:** A controlada Usina São José S.A. possui vários outros processos judiciais pendentes de julgamento, relacionados com causas fiscais, cíveis e trabalhistas. Para aqueles processos não registrados, a Administração da controlada Usina São José S.A., com base na posição dos seus advogados internos e externos, espera uma decisão judicial favorável e, por isto, também não foi constituída uma provisão nas demonstrações financeiras. Em 31 de agosto de 2022, o montante desses processos considerados pelos assessores jurídicos da controlada Usina São José S.A. com probabilidade de perda possível era de R\$ 24.284 (2021 - R\$ 96.397). A controlada Usina São José S.A. estima que esses processos serão finalizados em prazos superiores a 360 dias. **22. Ativos contingentes: Diferença de Preço - Ação Ordinária contra a União Federal:** A controlada Usina São José ingressou com uma medida judicial, por meio de ação ordinária, contra a União Federal, visando a indenização dos valores correspondentes à diferença entre o preço fixado e aquele que incorpore a defasagem verificada nos custos médios de produção levantados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV para o Setor Sucroalcooleiro, a partir de 01/04/1993. De acordo com informação da assessoria jurídica externa da Companhia, esse crédito, em julho de 2006, equivale a R\$ 93.052. Segundo, ainda, a assessoria jurídica externa, a probabilidade é de possível perda do processo. **Indenização por Subsídios não Reembolsados - Ação contra a União Federal:** A controlada Usina São José S.A. promove uma ação ordinária contra a União Federal, reclamando indenização por danos materiais decorrentes do não reembolso de subsídios pagos aos seus fornecedores de cana, no período de janeiro de 1992 a setembro de 1998. Os montantes envolvidos serão quantificados quando da realização de perícia técnica prevista no processo. De acordo com a assessoria jurídica externa da Companhia, há grande possibilidade de sucesso na ação, sendo o valor da indenização, o qual ainda não foi dimensionado, correspondente aos diferenciais de preços fixados da cana entre a Região Nordeste e o Estado de São Paulo. Por se tratar de ativos contingentes, os mesmos não foram registrados contabilmente. **23. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de agosto de 2022, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 45.081 (2021 - R\$ 45.081) e está representado por 10.223.396 ações ordinárias e 10.218.212 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas, sem valor nominal. **(a) Reserva de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro operacional, o qual não poderá exceder 20% do capital social. Esta reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento do capital social. Em 2022 não foi constituído reserva legal, visto que atingiu o limite legal citado anteriormente. **(b) Reserva de retenção de lucros:** Reserva constituída no montante de R\$ 66.214 pela transferência de saldos remanescentes do lucro líquido do exercício, que permanecem à disposição dos acionistas para futura destinação. **Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, os lucros apurados em cada exercício terão a destinação que for determinada pela Assembleia Geral Ordinária. É assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) Quota destinada à constituição de reserva legal; (ii) Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) Lucros retidos transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Segue abaixo o demonstrativo do cálculo dos dividendos:

	Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício	31/08/2022	31/08/2021
(-) Reserva legal (*)	88.286	-
Base de cálculo do dividendo	88.286	-
Dividendo obrigatório - 25%	22.072	-
Total de dividendos	22.072	-
*Em cumprimento à legislação, a reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% até o limite de 20% do capital social. Em 31 de agosto de 2022 o saldo correspondia a R\$ 9.016. Em 31 de agosto de 2022 não foi constituído reserva legal em função de ter atingido o limite permitido. A movimentação dos dividendos a pagar, ocorrida nos exercícios de 2022 e 2021, está assim apresentada:		
Saldo em 31 de agosto de 2020	14.820	-
Dividendos obrigatórios	16.912	-
Dividendos pagos	(12.774)	-
Saldo em 31 de agosto de 2021	18.758	-
Dividendos obrigatórios	22.072	-
Dividendos pagos	(16.452)	-
Saldo em 31 de agosto de 2022	24.378	-

24. Saldos e transações com partes relacionadas:	Controladora	Consolidado
	Ativo circulante	Ativo circulante
	Contas a receber	Contas a receber
Partes relacionadas	31/08/2022	31/08/2021
Mrp Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (a)	-	191
Santa Marta Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (a)	-	96
São Francisco Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (a)	-	96
Apa Marta Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (a)	-	128
Armando Wanderley da Fonte Neto (a)	-	63
3P Empreendimentos e Participações Societárias S.A. (a)	-	191
Usina São José S.A. (b)	7.782	-
Total	7.782	765

	Controladora	Consolidado
Partes relacionadas	31/08/2022	31/08/2021
Helena de Petribu Fraga Rocha (a)	13	13
João Carlos C. P. Vilaça (a)	18	18
Frederico Augusto C. de Petribu Vilaça (a)	18	18
Armando Wanderley Neto (a)	12	12
Paula de Petribu da Fonte (a)	73	73
Total	147	147
	Controladora	Consolidado
Partes relacionadas	31/08/2022	31/08/2021
Usina São José S/A (b)	7.782	-
Helena de Petribu Fraga Rocha (a)	613	613
João Carlos C. P. Vilaça (a)	918	918
Frederico Augusto C. de Petribu Vilaça (a)	918	918
Armando Wanderley Neto (a)	612	612
Paula de Petribu da Fonte (a)	612	612
Total	11.455	3.673

	Controladora	Consolidado
Adiantamentos para futuro aumento de capital	31/08/2022	31/08/2021
Piedade Empreendimento Imobiliário Ltda. (c)	-	116
Cruzeiro do Sul Empreendimento Imobiliário Ltda. (c)	-	47
GI Dois Rios Empreendimentos Ltda. (c)	-	310
Total	-	309
(a) Refere-se a contrato de mútuo sem incidência de juros, com vencimento em outubro de 2022. (b) Refere-se a saldo de crédito por redução do Capital Social sem incidência de juros, sendo R\$ 7.782 com vencimento em 2022 e R\$ 7.782 com vencimento em 2023. (c) Aportes para futuro aumento de capital.		
25. Receita líquida de vendas:	31/08/2022	31/08/2021
Receita bruta de vendas (a)	344.916	291.106
Mercado interno	125.085	119.966
Mercado externo	470.001	411.072
Total	470.001	411.072
Deduções sobre a receita bruta	31/08/2022	31/08/2021
Devolução de mercadorias	(1.741)	(1.583)
ICMS	(16.935)	(17.122)
IPI	(37)	(63)
INSS	(8.537)	(7.319)
PIS	(685)	(741)
COFINS	(3.156)	(3.409)
Total	(31.091)	(30.243)
Receita líquida de vendas	438.910	380.829

No exercício findo em 31 de agosto de 2022, as vendas do açúcar representaram 72,05% (2021 - 79,35%) do faturamento total da controlada Usina São José S.A., enquanto que o etanol representou 26,24% (2021 - 19,32%). No exercício findo em 31 de agosto de 2022, na controlada Usina São José S.A. houve um incremento na receita líquida de R\$ 71.045 decorrente de melhores preços do açúcar refinado no mercado interno e externo, como também a venda de 4.346 toneladas de açúcar VHP a maior em relação ao exercício anterior. (a) Receita bruta da controlada Usina São José S/A em 2022 R\$ 467.875 (em 2021 R\$ 392.174) e demais controladas R\$ 2.126 (em 2021 R\$ 18.898).

26. Despesa por natureza:	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Custos dos produtos vendidos	(339.070)	(229.114)
Comerciais	(12.293)	(9.692)
Gerais e administrativas	(8.537)	(7.319)
Total	(379.478)	(263.612)
Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos, despesas comerciais e gerais e administrativas:	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Insumos agrícolas, industriais e matéria-prima (a)	-	(98.197)
Pessoal (incluindo encargos) (b)	-	(107.103)
Depreciação e exaustão (incluindo colheita de ativo biológico) (c)	-	(125.716)
Serviços profissionais de terceiros	(6)	(10)
Fretes e carretos	-	(3.314)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	-	(2.781)
Gastos com exportação	-	(3.334)
Alimentos	-	(2.769)
Transporte de funcionários	-	(6.680)
Outros custos e demais despesas (d)	(47)	(44)
Total	(63)	(64)

(a) Variação principal decorrente de maior consumo de insumo em função do início da moagem em agosto/2022. (b) Variação principal decorrente de maior custo com mão-de-obra e encargos em função do início da moagem em agosto/2022. (c) Referente a depreciação do ativo imobilizado incorrida no exercício findo em 31 de agosto de 2022 no valor de R\$ 11.778 (2021 - R\$ 10.150), conforme demonstrado na notas explicativas n°s 13 e 14 e os efeitos da colheita do ativo biológico no exercício corrente que totalizaram R\$ 113.945 (2021 - R\$ 62.644), conforme Nota 15. (d) Refere-se a custos e despesas

Diretoria	Controladora	Consolidado
Antonio Cardoso da Fonte Filho - Diretor Executivo	31/08/2022	31/08/2021
Frederico Augusto Cavalcanti de Petribu Vilaça - Diretor Executivo	31/08/2022	31/08/2021
Eduardo Cavalcanti de Petribu Fraga Rocha - Diretor Executivo	31/08/2022	31/08/2021
José Alberto da Silva	31/08/2022	31/08/2021

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas, Paulo Petribu Empreendimentos S.A. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paulo Petribu Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de agosto de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paulo Petribu Empreendimentos S.A., suas controladas e coligadas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de agosto de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paulo Petribu Empreendimentos S.A. e da Paulo Petribu Empreendimentos S.A. e suas controladas e coligadas em 31 de agosto de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado na Nota 12 as demonstrações financeiras, a Companhia possui participação de 24,41 % na CTR PE - Central de Tratamento de Resíduos S.A., uma coligada avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento e ao lucro por ele produzido no exercício findo em 31 de agosto de 2022, nos valores de R\$ 9.848 mil e R\$ 1.687 mil, respectivamente, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras que não são auditadas por auditores independentes à administração da CTR PE - Central de Tratamento de Resíduos S.A. Consequentemente, não foi possível determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso os reflexos acerca dos investimentos não obtidos. Nossa opinião, portanto, é limitada em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente de qualquer ajuste necessário para garantir a conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Com-

panhia, suas controladas e coligadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

27. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas:	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Receita líquida de venda de ativos (a)	-	2.116
Receita líquida de venda de sucata	-	643
Receita com prêmio de exportação	-	2.265
Outra americana (b)	-	706
Crédito presumido ICMS - Exportação (c)	-	14.476
Crédito presumido de PIS/COFINS - Reintegra	-	222
Ajuste a valor de justo de ativo biológico	-	15.097
Provisão para (perda) ganho com instrumentos derivativos (d)	-	32.509
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (e)	-	12
Total	-	67.756

28. Resultado financeiro:	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Despesas financeiras	-	(22.006)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(14.731)
Juros sobre outras operações	-	(1.441)
Provisão (ajuste) de derivativos	-	(28.154)
Perda realizada com derivativos (a)	-	(6.077)
Outras despesas financeiras	(2)	(1.933)
Total	(2)	(58.151)

Recursos financeiros	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Juros recebidos de terceiros (e)	-	2.001
Ganho realizado com derivativos (a)	-	4.836
Rendimentos de aplicações financeiras	-	1.727
Outras receitas financeiras	-	71
Total	-	8.619

Variação monetária e cambial - líquida	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Ativa	-	-
Variação monetária e cambial sobre empréstimos (b)	-	1.245
Variação monetária e cambial sobre clientes	-	5.152
Variação monetária e cambial sobre outras operações (c)	-	24.172
Total	(582)	(176)

Sub-total	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Variação monetária e cambial sobre empréstimos (b)	-	(2.361)
Variação monetária e cambial sobre clientes	-	(3.255)
Variação monetária e cambial sobre outras operações (d)	(582)	(176)
Sub-total	(582)	(176)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	88.286	11.608
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	30.017	3.947
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:	-	-
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(30.234)	(3.921)
Adições/exclusões temporárias e recálculo sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores	-	-
Total	217	(15)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Lucro presumido	-	-
Receita recebida de venda de imóveis	-	-
Lucro presumido para imposto de renda - 8%	-	-
Outras receitas recebidas	-	-
Lucro presumido para imposto de renda - 32%	-	-
Outras receitas	-	-
Total	944	1.112

Base de cálculo	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Imposto de renda - 15%	-	-
Imposto de renda adicional - 10%	-	-
Receita recebida de venda de imóveis	-	-
Lucro presumido para imposto de renda - 12%	-	-
Outras receitas recebidas	-	-
Lucro presumido para contribuição social - 32%	-	-
Outras receitas	-	-
Total	944	1.112

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal-IRPJ	-	-
Líquido	-	-

autuada pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Pernambuco - IBAMA/PE, através do Auto de Infração nº 545279 série D, no montante de R\$ 5.000. O referido órgão acusa o setor sucroalcooleiro de "fazer funcionar atividade potencialmente poluidora (cultivo de cana-de-açúcar) em área superior a 57,21 hectares sem licença ambiental", com fundamento na Lei Federal nº 9.606/98, art. 270, § 3º e art. 6º. A controlada Usina São José S.A. possui licença ambiental de operação (L.O. nº 02599/2008) expedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - CPRH/PE, e em face dessa autuação, a controlada Usina São José S.A., juntamente com todo o setor sucroalcooleiro, apresentou defesa ao Auto de Infração em comento, alegando a improcedência do mesmo, assim como sua nulidade diante da ausência de aspectos formais e materiais. Em 31 de agosto de 2022 não foi constituída provisão contábil face ao prognóstico de perda considerado como remoto pelos assessores jurídicos da controlada Usina São José S.A. 33. Transações não envolvendo o caixa: Nos exercícios findos em 31 de agosto de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas realizaram operações que não tiveram efeito de caixa em suas demonstrações financeiras, conforme evidenciado e descrito a seguir:	31/08/2022	31/08/2021
Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar	24.553	22.667
34. Instrumentos financeiros e de gestão de riscos: a) Gestão do risco de capital: A controlada Usina São José S.A. pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.		

34. Instrumentos financeiros e de gestão de riscos: a) Gestão do risco de capital:	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
34.1. Usina São José S.A. pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento.	-	-

O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela Administração da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada período. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade de suas operações, com objetivo de trazer retorno contínuo aos acionistas e outras partes interessadas. **b) Gestão de capital:** Os objetivos da controlada Usina São José S.A. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da companhia, a administração pode, por próprio, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de agosto de 2022 e de 2021 podem ser assim resumidos:

	2022	2021
Dívida líquida (a)	168.106	173.045
Total do patrimônio líquido	274.961	208.587
Capital total	443.067	381.632
Índice de alavancagem financeira-%	37,94	45,34
(a) A Dívida líquida é composta da seguinte forma:	2022	2021
Empréstimos e financiamentos - circulante	100.927	62.723
Empréstimos e financiamentos - não circulante	206.892	120.446
Caixa e equivalentes de caixa	307.819	163.169
Dívida líquida	(139.713)	(10.124)
168.106	173.045	

Ativos Financeiros	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Mensurados ao custo amortizado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	82	1
Contas a receber de clientes	-	-
Partes relacionadas	19.237	3.673
Passivos Financeiros	19.237	3.673
Mensurados ao custo amortizado	-	-
Fornecedores	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-
Partes relacionadas	-	-
Total	11.440	11.440

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros para fins especulativos. A mensuração desses instrumentos financeiros obedece às seguintes premissas: • Ativos mantidos para negociação: A Administração da Companhia e das suas controladas consideram que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado. Estão classificados nessa categoria os instrumentos financeiros derivativos. • Empréstimos e recebíveis: A Administração entende que o valor contábil de empréstimos e recebíveis se aproximam do seu valor justo estimado. No caso dos recebíveis, todos os valores que são considerados incorríveis em um prazo razoável foram baixados. O valor justo de recebíveis e passivos ao custo amortizado deve ser determinado com base em dados observáveis, incluindo taxas de juros e taxas de câmbio e os termos contratuais. Estão incluídos no grupo as contas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, os mútuos mantidos com pessoas ligadas, os saldos de fornecedores e os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia junto às instituições financeiras no Brasil e no exterior. **d) Riscos financeiros:** As atividades da Companhia e suas controladas estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado estão representados substancialmente por aqueles em que o valor justo ou fluxos de caixa futuros dos ativos e passivos mantidos pela Companhia, incluindo instrumentos financeiros, commodities físicas, industriais e ativos biológicos podem flutuar devido às mudanças nas variáveis de mercado assim como preços do açúcar e volatilidade de moeda estrangeira. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia e suas controladas segundo as políticas aprovadas pela Diretoria e **g) Gestão do risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado. A Companhia e suas controladas não dispõem de instrumentos de proteção de hedge no sentido de minimizar o impacto nos resultados, mas monitora as flutuações. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas, estavam assim apresentados:

Instrumentos de taxa variável	Controladora	Consolidado
	31/08/2022	31/08/2021
Passivos financeiros (a)	-	-
Total	-	- </